

BOLETIM MENSAL N° 36

Frente Parlamentar da Saúde Mental

Julho de 2026



FRENTE DA
**SAÚDE
MENTAL**



A edição de julho do Boletim da Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental destaca como a Copa do Mundo expôs em tempo real a dimensão dos danos das apostas online no Brasil e reforçou a urgência do movimento Brasil Contra Bets. Apesar disso, o Congresso entrou em recesso sem votar os projetos de lei da pauta. O boletim também aborda as audiências públicas sobre apostas no Senado e na Câmara, a Campanha Nacional de Prevenção aos Danos das Apostas Online e as novas proposições legislativas em saúde mental.



EDITORIAL

O legado da Copa das Bets: urgência aguardando resposta do Congresso

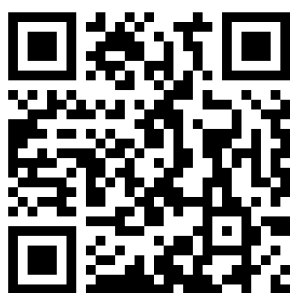
A Copa do Mundo de 2026 revelou uma faceta diante das apostas online que saltou aos olhos. Diversas fontes indicam que as apostas triplicaram durante a competição, movimentando recursos próximos a R\$ 1 bilhão em casas de apostas. No mesmo período, dados mostram que os pedidos de autoexclusão saltaram de uma média de 2.594 por dia, em maio, para 17.866 por dia entre 15 e 28 de junho, um crescimento de 588%, evidenciando que, pela primeira vez, um evento esportivo global tornou visível, em tempo real, a dimensão do problema enfrentado pelo país.

Mas é importante frisar que as pessoas apostam por diferentes razões, que vão da busca por entretenimento e emoção a questões de saúde, como nos casos de pessoas que desenvolvem o quadro de transtorno do jogo, por exemplo, passando por fatores econômicos e sociais mais amplos. O grande desafio está em lidar com esses novos dilemas trazidos pela forte presença das apostas nos ambientes digitais, buscando um olhar equilibrado que não trate a questão apenas como algo individual, mas que considere o papel fundamental da publicidade, da maneira como tem sido conduzida a regulação do mercado e, principalmente, da responsabilidade do próprio setor.

Diante desse cenário, ganhou força o movimento "Brasil contra Bets", que reúne 22 organizações da sociedade civil e 92 parlamentares de 17 partidos distintos em torno da aprovação dos Projetos de Lei nº 2478/2026, na Câmara, e nº 2470/2026, no Senado, apresentados pela Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental, que propõem a proibição de publicidade, propaganda e patrocínio de apostas, além da restrição a jogos de alto risco, como os cassinos online.

Apesar da urgência comprovada pelos números da Copa, o Congresso Nacional entrou em recesso parlamentar sem votar essa e outras pautas prioritárias, e os dois projetos de lei permanecem sem despacho, apesar do amplo apoio e consenso que está sendo gerado. Com o calendário eleitoral reduzindo o número de semanas úteis do Legislativo até outubro, a expectativa é de que a matéria só volte a tramitar após a definição do cenário político nas urnas. É por isso que a pressão da sociedade civil e da opinião pública sobre parlamentares e lideranças do Congresso precisa se intensificar, após o fim da Copa: sem mobilização, o país corre o risco de permanecer sem qualquer avanço legislativo concreto para proteger a saúde da população.

**CONHEÇA E APOIE
O BRASIL CONTRA
BETS**



TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO

Fique por dentro das nossas ações pelo site e pelo Instagram

Para haver possibilidade de participação e controle social, a transparência e o acesso à informação são imprescindíveis. Pensando nisso, conheça o site.

ACESSE

@frentedasaudemental

frentedasaudemental.com.br



SAÚDE MENTAL EM PAUTA



Impactos das apostas esportivas

No dia 2, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal realizaram **audiência pública** conjunta para debater os impactos sociais, econômicos e de saúde pública decorrentes da expansão das apostas esportivas online no Brasil. O encontro reuniu representantes do Poder Legislativo, do Governo Federal, de órgãos de controle, especialistas, entidades da sociedade civil e instituições de defesa do consumidor para discutir os efeitos da legalização do setor sobre o endividamento das famílias, o adoecimento psíquico da população, a proteção de crianças e adolescentes e os desafios da regulamentação vigente. As discussões evidenciaram um amplo consenso quanto à necessidade de fortalecer medidas de prevenção, aperfeiçoar os mecanismos de proteção aos consumidores e ampliar a integração entre as áreas de saúde, justiça e regulação para enfrentar os impactos das apostas sobre a saúde pública.



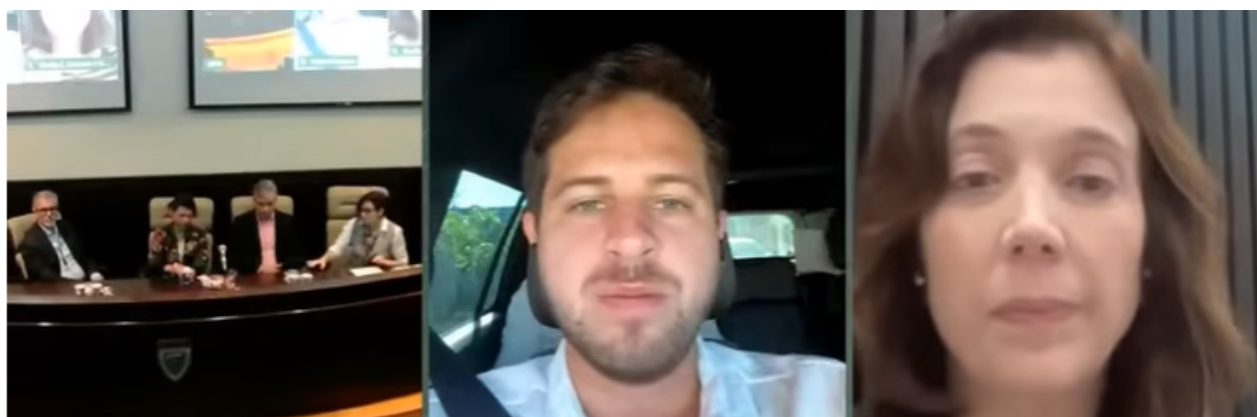
No dia 7, a **audiência pública** conjunta da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Assuntos Sociais do Senado discutiu os impactos das apostas esportivas online no Brasil, com forte crítica ao setor. Os participantes apontaram aumento dos casos de transtorno do jogo, endividamento, violência doméstica e suicídios, principalmente entre jovens, população de baixa renda e negra. Também criticaram a regulamentação vigente e a falta de estrutura da rede pública de saúde mental para tratar pessoas com problemas com jogos, propondo desde restrições à publicidade até a proibição total da atividade. Depoimentos de vítimas reforçaram o clamor por priorizar vidas em vez do lucro do setor.

 No dia 8, a Comissão do Esporte (CESPO) da Câmara dos Deputados realizou **audiência pública** sobre os impactos das apostas esportivas online, revelando um embate entre duas posições. De um lado, parlamentares, pesquisadores e o Ministério Público defenderam maior restrição à publicidade das bets, citando aumento dos casos de transtorno do jogo, sobrecarga no SUS, endividamento e violência doméstica, propondo limites de depósito e regulação nos moldes do combate ao tabagismo. De outro, representantes do setor regulado (Fazenda, CONAR, IBJR e turismo) defenderam as regras atuais sobre biometria, geolocalização e autoexclusão, atribuindo os problemas ao mercado ilegal e alertando que restrições excessivas fortaleceriam plataformas clandestinas.

 No dia 26, o Ministério da Saúde lançou a **Campanha Nacional de Prevenção aos Danos das Apostas Online**, durante o retorno do campeonato Brasileirão e a realização de grandes eventos esportivos. Esta ação divulga os riscos à saúde mental e financeira associados ao uso problemático de plataformas de jogos virtuais. O SUS disponibiliza suporte presencial e teleatendimento sigiloso para os apostadores e os seus familiares através do aplicativo Meu SUS Digital. Adicionalmente, uma ferramenta de autoexclusão do Ministério da Fazenda permite o bloqueio voluntário do acesso às páginas de apostas autorizadas.



Luto e Saúde Mental



No dia 2 de julho de 2026, a Unifesp promoveu o evento "Formar Para Cuidar: Luto e Saúde Mental na Era Digital no SUS e nas Escolas Brasileiras". A FPSM esteve representada pelo Deputado Pedro Campos, que realizou, de forma remota, uma fala na mesa de abertura. O encontro reuniu especialistas, gestores, educadores, pesquisadores e profissionais da saúde para discutir os desafios contemporâneos do luto, da saúde mental e da prevenção e posvenção do suicídio, além das novas formas de cuidado diante das transformações digitais e sociais. A programação marcou o lançamento dos cursos do Programa de Acolhimento ao Luto (Proalu/Unifesp), realizado em parceria com o Ministério da Saúde e voltado à capacitação de profissionais de saúde, agentes comunitários de saúde e educadores, além da apresentação dos resultados preliminares do teleatendimento em luto do programa. Entre as atividades, destacou-se a conferência do Prof. Dr. Marcelo Kimati, diretor do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, e uma mesa sobre os desafios do ensino da comunicação de más notícias, entre protocolo e presença clínica.



ACONTECEU NO CONGRESSO

O Congresso Nacional entrou em recesso parlamentar entre 18 e 31 de julho de 2026, encerrando o primeiro semestre sem votar pautas prioritárias, como o fim da escala 6x1, a regulamentação da inteligência artificial e a criminalização da misoginia. Com o calendário eleitoral reduzindo as semanas úteis do Legislativo até outubro, a expectativa é de que essas matérias só retornem à pauta após a definição do cenário político nas eleições. Até o recesso, foram apresentadas as seguintes proposições legislativas

RIC nº
2151/2026

Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

Apresentado pela Deputada Rogéria Santos (REPUBLICANOS-BA), o Requerimento de Informações **RIC nº 2151/2026** solicitando ao Ministro da Saúde informações acerca das políticas públicas de prevenção, promoção, diagnóstico, tratamento e fortalecimento da RAPS voltadas à saúde mental de crianças, adolescentes e jovens no âmbito do SUS

[ACESSE A PROPOSTA](#)

PL nº
3749/2026

Saúde Mental dos Profissionais da Educação

Apresentado pelo Deputado Capitão Alberto Neto (PL/AM), o **Projeto de Lei nº 3749/2026** que institui a Política Nacional de Saúde Mental Ocupacional dos Profissionais da Educação, aplicável às redes pública e privada de ensino.

[ACESSE A PROPOSTA](#)

PL nº nº
3910/2026

Saúde Mental infantojuvenil

Apresentado pelo Deputado Amom Mandel (REPUBLICANOS/AM), o **Projeto de Lei nº 3910/2026** que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para instituir diretrizes de conscientização, prevenção e proteção à saúde mental infantojuvenil frente ao uso de tecnologias digitais e telas.

[ACESSE A PROPOSTA](#)

PL nº
4761/2026

TFS-Apostas

Apresentado pela Deputada Ana Paula Lima (PT/SC), o **Projeto de Lei nº 4761/2026** institui a Taxa de Fiscalização Sanitária sobre Apostas de Quota Fixa (TFS-Apostas), destinada a compensar o Sistema Único de Saúde (SUS) pelos custos de prevenção, vigilância, diagnóstico, tratamento e reabilitação do transtorno do jogo; altera a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018; e dá outras providências.

[ACESSE A PROPOSTA](#)

PL nº
4645/2026

Execução Territorial da Saúde Mental

Apresentado pelo Deputado Duda Ramos (PODE/RR), o **Projeto de Lei nº 4645/2026** que institui a Política Nacional de Execução Territorial da Saúde Mental, estabelece parâmetros mínimos de capacidade instalada, indicadores de desempenho, transparência da fila de regulação e diretrizes de teleassistência para regiões de difícil acesso, e dá outras providências.

[ACESSE A PROPOSTA](#)



Estamos de olho

Apresentado pela Deputada Lêda Borges (REPUBLIC/GO), o **Projeto de Lei nº 3711/2026** que institui o Sistema Nacional de Certificação e Qualificação das Comunidades Terapêuticas - SNCT, cria o Cadastro Nacional das Comunidades Terapêuticas Certificadas - CNCTC, estabelece requisitos mínimos de funcionamento, padrões de conformidade sanitária, assistencial e de direitos humanos, e dá outras providências.



Estamos de olho

Apresentado pela Deputada Lêda Borges (REPUBLIC/GO), o **Projeto de Lei Complementar nº 212/2026** que altera a Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025, para excluir da redução linear de incentivos e benefícios tributários as Comunidades Terapêuticas certificadas, quando caracterizadas como entidades assistenciais sem fins lucrativos, e dá outras providências.



Radar FPSM

Apostas Online

Gov.Br: Ministério da Fazenda amplia exigências de publicidade de apostas no país. As novas regras incluem a exibição obrigatória de frases advertências sobre a temática.

CNN Brasil: Novas regras para propagandas de bets: veja o que muda. Publicidades deverão ter aviso de advertência sobre riscos e maior restrição no conteúdo.

Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental FPSM

___ frentedasaudemental.com.br

___ [@frentedasaudemental](https://www.instagram.com/frentedasaudemental)

___ frentedasaudemental@gmail.com

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde IEPS

secretaria executiva da FPSM

___ ieps.org.br

___ [@iepsocial](https://www.instagram.com/iepsocial)